

## ILHA DO COMBU, BELÉM-PA: ESPAÇO EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

Ana Carolina de Nazaré Gonçalves da Silva<sup>1</sup>  
Cláudia Viana Urbinati<sup>2</sup>  
Flávia Cristina Araújo Lucas<sup>3</sup>

### RESUMO

Esse estudo buscou compreender as transformações ambientais e sociais nas comunidades Combu e Piriquetaquara, localizadas na Ilha do Combu-PA, a partir das impressões dos comunitários sobre a dinâmica da natureza, com base nas memórias, anseios e na tradição local. A pesquisa contou com os procedimentos éticos para realização. A seleção dos participantes fundamentou-se na amostragem não probabilística. Na metodologia utilizou-se o diagnóstico rápido participativo e a história oral temática, aplicados em entrevistas semiestruturadas. Observou-se que o turismo desordenado, a ausência do plano de manejo, a falta de diálogo consistente entre o poder público e os ribeirinhos têm fomentado mudanças na paisagem natural da Ilha do Combu e nas relações sociais entre os comunitários. Assim, percebe-se que a criação de áreas ambientais protegidas visa orientar a ação antrópica sobre os recursos naturais, de forma manejada, com vistas à sustentabilidade local, no entanto, é necessária a elaboração de estratégias eficazes de gestão da Ilha, de modo que as carências das comunidades possam ser contempladas. Atenta-se, também, para a realização de um turismo ecológico que não agrida o ecossistema da várzea e valorize a cultura ribeirinha.

**Palavras-Chave:** Amazônia. Fragilidades Socioambientais. Poder Público.

## COMBU ISLAND, BELÉM-PA: SPACE IN CONSTANT TRANSFORMATION

### ABSTRACT

The creation of protected environmental areas aims to guide anthropic action on natural resources, in a managed way, with a view to local sustainability. The study sought to understand the environmental and social transformations in the Combu and Piriquetaquara communities, located on Combu-PA Island, based on the impressions of the community about the dynamics of nature, based on memories, longings and local tradition. The research relied on ethical procedures for conducting. The selection of participants was based on non-probabilistic sampling. The methodology used the Participatory Rapid Diagnosis and thematic oral history, applied in semi-structured interviews. It was observed that disordered tourism, the absence of the management plan, the lack of consistent dialogue between the government and the riverside, have fostered changes in the natural landscape of Combu Island and in social relations among the community. Thus, it is perceived as necessary to develop effective strategies for the management of the Island, so that the needs of the communities can be contemplated. Attention is also given to the realization of an ecological tourism that does not harm the ecosystem of the floodplain and value the riverside culture.

---

<sup>1</sup>Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: carolinagoncalvesjc@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Ciência e Tecnologia da Madeira pela Universidade Federal de Lavras. Mestre em Botânica pela Universidade Federal de Viçosa e Graduação em Engenharia Florestal pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará atual UFRA. E-mail: claudiaurbinati@uepa.br

<sup>3</sup>Doutora em Ciências Biológicas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Núcleo de Biologia Tropical e Recursos Naturais, Manaus-AM. Pós-doutorado pela Faculdade de Farmácia, Observatório Interação Planta-Medicamento, Universidade de Coimbra, Portugal. Professor Adjunto IV (UEPA). Mestre em Agronomia, Biologia Vegetal Tropical, Universidade Federal Rural da Amazônia. Curadora do Herbário MFS Profa. Dra. Marlene Freitas da Silva (MFS) e líder do Grupo de Pesquisa "Estudos Interdisciplinares em Botânica". E-mail: copaldoc@yahoo.com.br

**Key-words:** Amazon. Socio-Environmental Weaknesses. Public Power.

**Data de submissão:** 18. 02. 2022

**Data de aprovação:** 18. 02. 2023

## INTRODUÇÃO

Meio ambiente é o espaço de convívio entre os elementos naturais e artificiais, que abrangem os ambientes físicos e biológicos originais juntamente com o que foi alterado, destruído e construído pelos seres humanos (BARBIERI, 2014). Assim, é obsoleta a ideia da natureza intocada, em virtude da interação social e cultural entre natureza e humanidade (CARVALHO, 2012).

A Ilha do Combu, Belém-PA, apresenta ecossistema de várzea de grande riqueza florestal e furos d'água, de clima quente e úmido, com alta pluviosidade ao longo do ano (RIBEIRO, 2010). Categorizada como Área de Proteção Ambiental (APA), a gestão da ilha tem o desafio de conciliar a conservação ambiental com a permanência das famílias ribeirinhas (IDEFLOR-BIO, 2018).

A economia da APA é baseada na pesca de peixes como filhote (*Brachyplathystoma filamentosum*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), e do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) (SANTOS; MORAES JUNIOR; LUCAS, 2020). Realiza-se o extrativismo do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), do cacau (*Theobroma cacao* L.), do cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* K. Schum.), da andiroba (*Carapa guianensis* Aublet), da ucuúba (*Virola surinamensis* Warb.), do murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart), entre outros (JARDIM; VIEIRA, 2001) e o turismo, manifesto na existência de restaurantes, pousadas, lojas do setor do chocolate e do artesanato.

Com uma população de aproximadamente 1500 habitantes (IDEFLOR-BIO, 2018), o modo de vida ribeirinho é marcado pela dependência entre “água-terra-trabalho” (CANTO *et al*, 2009). O rio oferece os alimentos, fertiliza as margens no subir e descer das águas e o ribeirinho, por sua vez, lhe retribui com proteção por meio de suas representações culturais de humanização da natureza, como a mãe-d'água e a cobra-grande que punem quem desrespeita o ambiente (CRUZ, 1999).

Dentro dos princípios constitucionais que regem as áreas de proteção ambiental, o poder executivo estabelece normas que limitam ou proíbem o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e assoreamento hídrico (BRASIL, 1981). Entretanto, o agrupamento APA é considerado muito permissivo devido à sua utilização pelas esferas públicas e privadas (IMAZON, 2018).

Segundo Dantas (2018), ao longo dos últimos 20 anos, a Ilha do Combu tem passado por intensas transformações de cunho socioambiental, observadas na perda da vegetação da mata insular, devido ao processo de erosão do solo. A extração da madeira para a construção de casas e embarcações, e a retirada da vegetação nativa para a produção do açaí, que precisa do sol para se desenvolver, são práticas relacionadas à ausência de processos fiscalizadores eficazes, evidenciados na inexistência de um plano de manejo e na expansão desordenada do turismo.

O presente estudo esteve atento à reflexão sobre as memórias, as tradições, os saberes, a cultura e a importância de cada um desses elementos para as futuras gerações. Ao mesmo tempo, buscaram-se as impressões de moradores das comunidades Combu e Piriquitaquara com relação às alterações de grandes extensões de terra que afetam diferentes compartimentos geográficos, cursos d'água, biológicos e culturais.

Desse modo, buscou-se compreender os anseios e as expectativas dos moradores frente às mudanças socioambientais, considerando as causas e os efeitos de tais alterações na vida ribeirinha. O estudo procurou responder às questões: Quais situações têm promovido

alterações na paisagem natural da Ilha do Combu? Como as mudanças têm impactado a vida ribeirinha? De que forma conciliar o progresso e a conservação em área de proteção ambiental? Como os atravessamentos que impactam a Ilha do Combu têm sido tratados frente à legislação?

## 1 MATERIAIS E MÉTODOS

### 1.1 ÁREA DE ESTUDO

A Ilha do Combu-PA, uma Área de Proteção Ambiental (APA), criada pela Lei Estadual nº 6.083, de 13 de novembro de 1997, sob gestão do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-BIO, 2018), está situada na faixa equatorial, aproximadamente a 160 km ao sul do Equador, distante cerca de 1,5 km ao sul da cidade de Belém (ABRAMOVAY, 1998). Apresenta uma área de 15 km<sup>2</sup> de extensão nas coordenadas 01°29'20" S e 48°25'54" W, constituída por quatro comunidades: Beira do Rio, Combu, Piriquitaquara e Furo do Benedito.

Situada às margens do Rio Guamá e a Baía do Guajará, a ilha é composta pelos rios Bijogó, Acará, Furo da Paciência e os igarapés Combu e Piriquitaquara. Ecossistema de várzea estuarina com alta produtividade devido à elevada dinâmica das marés oceânicas que transportam sedimentos e dispersam sementes, propiciando o fluxo constante de nutrientes e a manutenção da diversidade biológica (ALMEIDA *et al.*, 2004). Para o estudo foram selecionadas as comunidades, Combu e Piriquitaquara, considerando que são as localidades mais frequentadas e com maior número de empreendimentos turísticos.

### 1.2 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade do Estado do Pará CCBS Campus II - nº CAAE 4.459.470. Por tratar-se de uma APA, obteve-se autorização Nº - 10/2020 do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO).

### 1.3 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES E COLETA DE DADOS

Os comunitários foram escolhidos por amostragem não probabilística intencional, utilizando-se a técnica Bola de Neve (BAILEY, 1982). Participaram dez moradores, sendo oito do sexo feminino e dois do sexo masculino, maiores de dezoito anos, moradores das comunidades selecionadas. As transformações foram analisadas sob a perspectiva dos participantes do estudo. Levaram-se em consideração suas percepções a partir de falas espontâneas e perguntas direcionadas. Também foram analisadas imagens da região do Combu e comparadas no período de um ano.

Os impactos ambientais que ocorrem no Combu já foram discutidos por Santos (2004, p. 110), que os definiu como “processos de alteração dinâmicos, perceptíveis no meio, que comprometem o equilíbrio dos sistemas naturais, podendo decorrer tanto das ações humanas como de fenômenos naturais e que evoluem constantemente”. A proposta de estudo desse artigo abordou os impactos e as transformações no ambiente da ilha do Combu e na vida das pessoas entrevistadas que vem percebendo a evolução das alterações na ilha conforme o avanço do turismo.

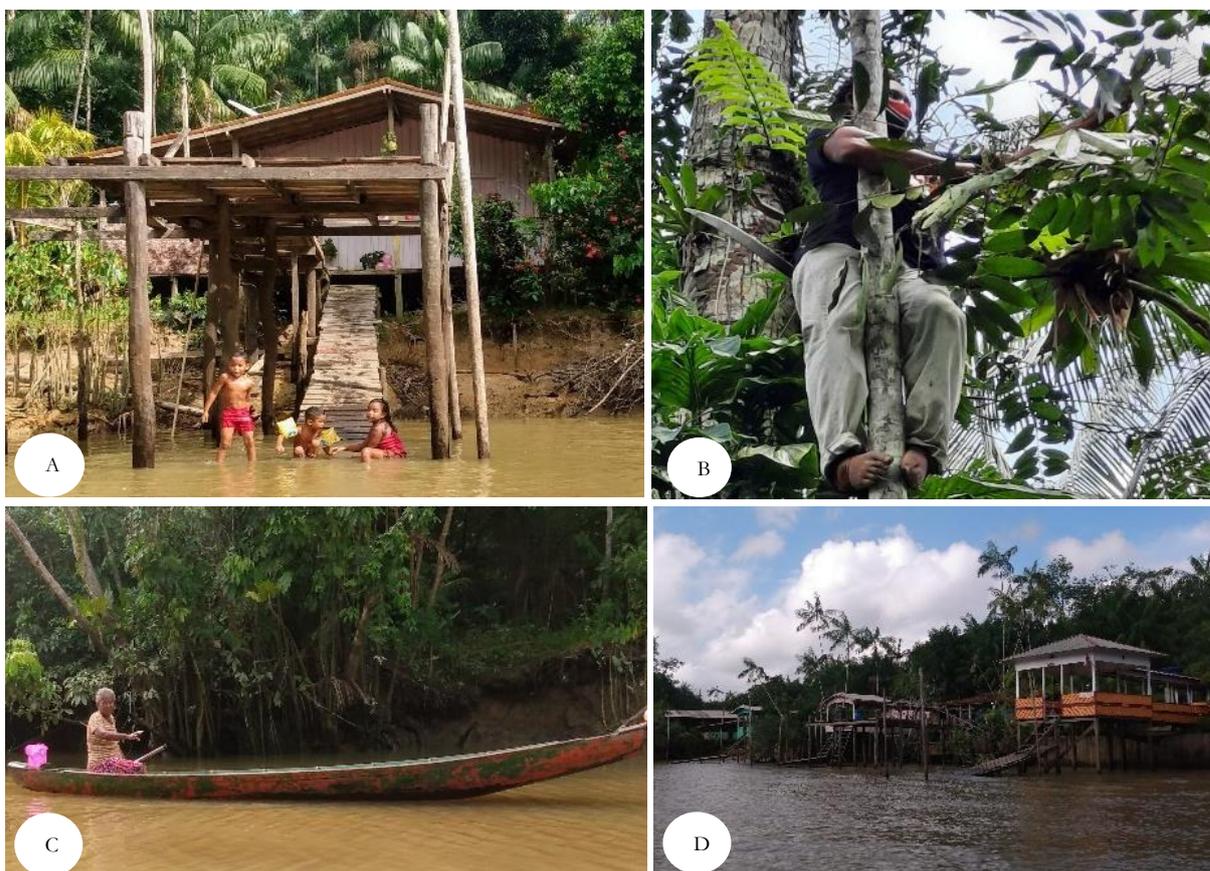
Foram realizadas 20 viagens ao local, percorrendo as rotas dos rios, acompanhando o turismo, as atividades extrativistas e a rotina ribeirinha. Houve reuniões e turnês guiadas nos quintais (SOUSA *et al.*, 2019) acompanhadas pelas participantes, e documentadas via

observação não participante, gravações, fotografias e cadernos de campo (ALBUQUERQUE *et al.*, 2010). As entrevistas seguiram critérios apontados por (BARDIN, 2010) de: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos dados. Para o registro das informações, empregou-se o diagnóstico rápido participativo (BUARQUE, 2008) e a história oral temática.

## 2 IMPRESSÕES DOS RIBEIRINHOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA ILHA DO COMBU

Em meio às idas e vindas pelos igarapés que circundam as comunidades Combu e Piriquitaquara, observou-se que a rotina dos ribeirinhos está diretamente atrelada à natureza. Os costumes, a tradição e a memória, são patrimônios imateriais que expressam o sentimento de pertencimento e identidade (Figura 1). Segundo Artman (2013) o território traduz a identidade de um povo, pois muito além de uma porção de terra, ele compreende o lar, repleto de laços afetivos, significados e memórias.

**Figura 1.** Vida ribeirinha na Ilha do Combu. A. Igarapé Piriquitaquara. B. Extrativismo caboclo. C. Igarapé Piriquitaquara. D. Igarapé Combu.



Fonte: Autores, 2022.

Saudosamente, os comunitários lembram o tempo em que a Ilha do Combu era pacata, com poucos moradores e a floresta mais preservada “*antigamente era uma benção de morar aqui, bem tranquilo*”, relata D. Dilce Nascimento, 66 anos. O respeito pela natureza e o universo místico das lendas predominavam, “*antigamente ‘era’ poucos moradores, então a floresta era muita árvore grande, os bichos (figuras folclóricas, como o Curupira, considerado o protetor da floresta) ficavam nessas árvores e não podia ficar na mata no meio-*

*dia ou às seis da tarde por causa que os bichos mexiam com as pessoas”*, conta Seu Edivaldo Oliveira, 46 anos, comunitário do Combu.

D. Odete Quaresma, 77 anos fala das crenças e simbolismos tão comuns no seu tempo de infância e juventude, que foram alteradas pelo ritmo célere da vida urbana dentro da ilha *“hoje em dia não existe mais o curupira, tem muita gente, se você vê, a ilha parece uma vila, antes era uma casa distante da outra, os botos aparecem às vezes no fim da tarde”*.

Os primeiros levantamentos florísticos sobre a Ilha do Combu apresentados no Eco-92 pelo pesquisador Antony Anderson do Museu Paraense Emílio Goeldi, apontaram para a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX), em razão do solo argiloso que fortalecia a inclinação natural da ilha para o *“extrativismo rural”* (CIRILO *et al.*, 2016). Entretanto, o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) categorizou a ilha como Área de Proteção Ambiental em razão da sua proximidade urbana com a Região Metropolitana de Belém (RMB), a fim de propiciar o fomento de atividades turísticas (SOUZA, 2020).

Segundo Cirilo *et al* (2016) a categorização da Ilha do Combu como APA, aconteceu por meio de reuniões entre alguns moradores e representantes da Secretaria de Meio Ambiente (SECTAM). Para os autores, tal tipologia de utilização da área permitiria menores restrições de uso, seja pelos moradores seja por entidades políticas ou privadas.

Dergan (2006), em pesquisa à Ilha do Combu, relata que o advento da modernidade com a presença de restaurantes, se deu a partir da década de 80, sendo intensificada após a construção dos primeiros estabelecimentos, inicialmente três, sendo duas propriedades de moradores da ilha, como Saldosa Maloca e o Ilha da Fantasia, e um de propriedade do Novo Hotel (atual Hotel Beira Rio). Estes pontos turísticos implantaram os chamados *“river-tour”* (passeio de barco), inicialmente nas comunidades Combu e Beira Rio. O turismo na ilha forja e recria novas relações da natureza com os espaços e tempos, em uma concepção de separação urbano/rural, em que a ilha é apresentada pelas empresas de turismo como um símbolo de harmonia perfeita com a natureza.

Atualmente, ano de 2022, o fluxo de turistas ocorre no porto Rui Barata e a saída dos barcos é organizada junto à cooperativa de barqueiros da ilha. A rota turística acentuou-se com o surgimento dos restaurantes que segundo Rodrigues (2018), totalizam mais de 20 restaurantes ativos na ilha toda. Nas comunidades visitadas pela presente pesquisa, constatou-se a existência de 16 restaurantes e a casa do chocolate na comunidade Combu, enquanto no Piriquitaquara, localidade que vivencia a ascensão do tráfego de visitantes, possui dois restaurantes e uma loja de artesanato.

Assim, os moradores têm adaptado a rotina de trabalho extrativista com as atividades turísticas, atuando em restaurantes, pousadas, trilhas ecológicas e passeios turísticos. O empreendedorismo entra nas comunidades como uma fonte de renda em potencial, possibilitando a muitos ribeirinhos o aumento do poder aquisitivo.

Empresária do ramo do chocolate, D. Izete Costa, 56 anos, comenta que o beneficiamento do cacau em produtos artesanais proporcionou melhorias de vida e conforto à sua família, seja na infraestrutura do seu lar, no acesso à educação e saúde de qualidade para filhos e netos, *“muitos diziam que eu era louca, mas ele (cacau) me levou para o mundo”*. O turismo realizado pela empreendedora, expressa um tipo de progresso consciente e sustentável que valoriza a cultura local.

Não obstante, Seu Edivaldo Oliveira, 46 anos, extrativista do ramo do açaí, alerta para a mudança de perspectiva de muitos jovens quanto aos trabalhos feitos na terra. Para o comunitário, os jovens têm priorizado o serviço de transporte de turistas junto à cooperativa de barqueiros, devido à facilidade na remuneração e no labor, e conseqüentemente, acabam preterindo as atividades rurais, *“hoje em dia os ‘pessoal’ não querem mais trabalhar com açaí, querem ganhar mais fácil. Compram uma lanchinha e pronto. Quando dá muito (açaí),*

*perde produção, porque não tem apanhador*”. Segundo os comunitários, a juventude ribeirinha segue um gradativo declínio no sentimento de identidade com o extrativismo, porquanto o consideram árduo, arriscado, sem prestígio econômico e social, D. Izete Costa, 56 anos, afirma, “*eu ‘tô’ inclusa naquelas famílias que os filhos, que os jovens, não se interessam muito pelo campo*”.

Tais condutas da juventude podem ser justificadas pelas oportunidades de trabalho direcionadas predominantemente ao turismo e ao extrativismo, e assim, o jovem associa a vida urbana como único espaço propício de alcançar novas oportunidades. Bourdieu (2007) atenta para a legitimação de poder de um grupo cultural dominante em relação ao outro, denominado por Cruz (2008) como o “*olhar moderno/colonial*” marcado por estereótipos em que o ribeirinho é atrasado, seus saberes não são considerados pelo pensamento hegemônico colonial e sua evolução só ocorrerá se alcançar os bens da “*vida moderna*”.

D. Ivanete Nascimento, 63 anos, trabalha como extrativista, e costuma alertar para o que ela chama de “*esquecimento da identidade ribeirinha*” por parte de moradores de várias faixas etárias, que se adaptaram ao novo estilo de vida proporcionado pelo aumento do poder aquisitivo, e têm menosprezado a vida em comunidade, “*são ribeirinhos, se beneficiam do turismo e da floresta, mas é como se não fossem daqui*”. Toledo e Barrera–Bassols (2015) afirmam que os fenômenos da modernidade marcados pela acumulação de capital criam uma era voltada para a vida instantânea e para a gradativa perda da capacidade de recordar, denominada como amnésia biocultural.

Paulatinamente o que outrora era considerado pacato vai dando espaço para o barulho e os olhares curiosos de visitantes. Segundo os comunitários, a intensa movimentação de embarcações nos rios e igarapés tem dispersado espécies de peixes e camarões, além de favorecer frequentes acidentes fluviais. Apesar das sinalizações solicitando a redução da velocidade, percebe-se que a imprudência promove graves fatalidades, principalmente após o surgimento do “*rabudo*”, termo dado pelos moradores para os barcos de pequeno porte que navegam com o motor sem proteção e produzem um barulho ensurdecedor (Figura 2).

**Figura 2.** Movimentação de embarcações nos igarapés da ilha. A. “*rabudo*” no Igarapé Piriquitaquara. B. Placa na entrada do Igarapé Piriquitaquara.



Fonte: Autores, 2022.

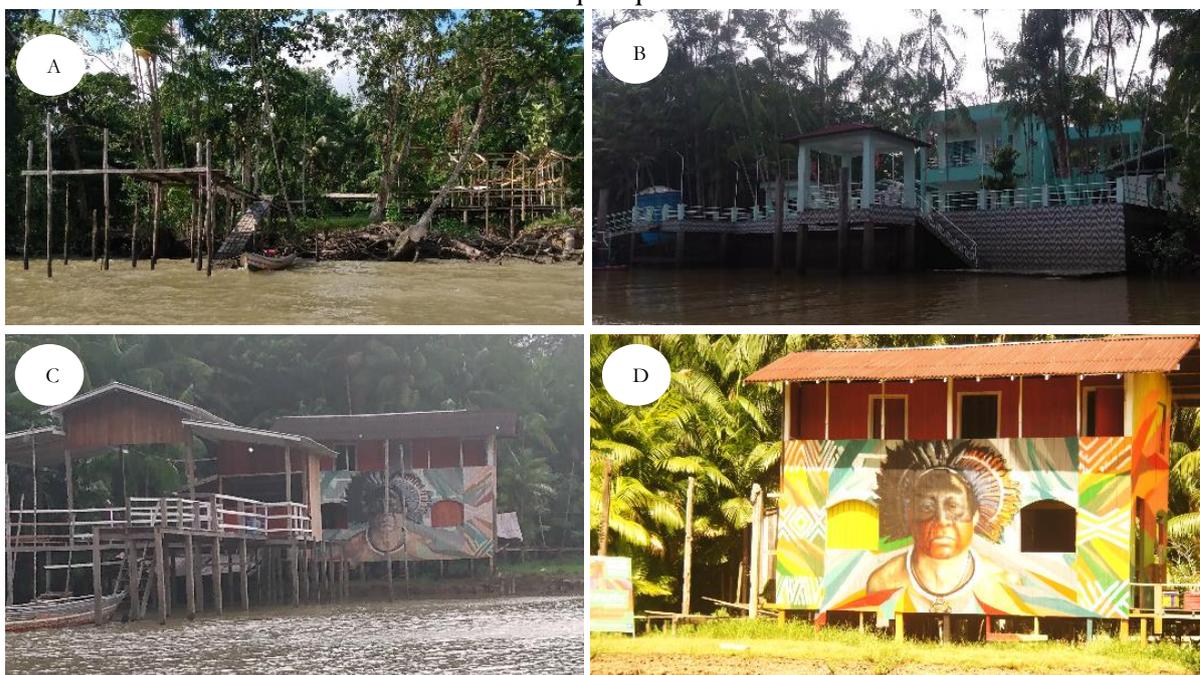
Neste ambiente modificado, é frequente a queixa dos moradores quanto à poluição sonora, pois a ocorrência de festas frequentes tem causado problemas de saúde nos anciãos, como, cefaleias intensas e insônias constantes. Consta-se também, a inquietude dos moradores, acerca da necessidade em ser respeitado o limite entre o público e o privado, porquanto pessoas de fora da ilha transitam, sem permissão, nos arredores das residências localizadas no entorno dos espaços turísticos.

D. Prazeres Quaresma, 52 anos, adverte, que o desenvolvimento econômico na ilha não pode ser considerado sinônimo de progresso, *“eu sinto falta do silêncio. O igarapé Combu desbarrancou mais nos últimos 5 anos do que em 50 anos, e o poder público precisa tomar pra si a responsabilidade e intervir, porque do jeito que está indo o “desenvolvimento”, em 3 anos a navegabilidade do Igarapé Combu estará comprometida”*.

Para Arteaga-Cruz (2017), o bem viver do coletivo está acima do individual, e os benefícios inerentes à modernidade, geralmente apreciados por um grupo limitado, subordinam os recursos naturais aos ditames do progresso, instalando desigualdades sociais, os quais viver bem, ou seja, desfrutar das facilidades da modernidade, não significa viver melhor.

Percebe-se que a tentativa de criar um ambiente encantador para o público visitante expõe uma paisagem cênica e a cultura como artefatos perfeitos à venda, usados, muitas vezes, para camuflar as problemáticas locais e atender à necessidade eminente em tornar a ilha mais atrativa ao turismo (Figura 3), o que é expresso nas falas de D. Prazeres Quaresma, 52 anos, e seu Edvaldo Oliveira, 45 anos, respectivamente, *“eu sei que o Combu não é isso, mas ele ‘tá’ se tornando um balneário”, “estão criando uma cidade dentro de uma ilha”*. Constata-se a valorização da estética transformada em mercadoria, explicada por Cruz (2008) como a venda de imagens especulares do outro e não da valorização da voz e da vida do outro.

**Figura 3.** Problemas ambientais. A. Processo de erosão às margens do rio Guamá. B. Construção às margens do Igarapé Piriquitaquara usada para veraneios. C. Comparação da foto tirada em 2021. D. Foto tirada em 2019, ambas demonstram o processo de erosão próximo à uma residência no Igarapé Piriquitaquara.



Fonte: Autores, 2022.

De acordo com os órgãos responsáveis pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), composto pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) coordenador do sistema, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o grande desafio é conservar as áreas de mata com as populações que vivem ao entorno, visto que, o uso dos recursos naturais em espaços protegidos, está condicionado a

proibição de qualquer outra prática que interfira na resiliência natural do ecossistema (BRASIL, 2000).

Assim, atua na ilha desde 2016, o Projeto AgroVárzea, coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO) em parceria com os órgãos: Secretaria de Estado e Turismo (SETUR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA) e a Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). A iniciativa é considerada uma estratégia de gestão e conservação, pois tem como objetivo consolidar as propriedades como referência no fortalecimento da agricultura familiar, fundamentada na agroecologia e no turismo rural, a partir da capacitação do agricultor na técnica de produção de mudas (IDEFLOR-BIO, 2018).

Em estudo à Ilha do Combu, Souza (2020) afirma que ações como o Projeto AgroVárzea não transformarão a realidade de degradação ambiental se não houver o envolvimento direto da comunidade em conjunto com o poder público, isso em prol da regularização e fiscalização de quaisquer atividades realizadas na APA. A autora menciona alguns dos danos ambientais decorrentes da atividade turística, primeiro: aumento na erosão do solo e da poluição sonora; segundo: as deficiências estruturais, como a falta de água potável e saneamento básico precário, que é resultado da ausência de gestão, percebido pela inexistência do plano de manejo.

Outro fator que tem impelido importantes transformações ambientais é o predomínio comércio do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) (JARDIM; VIEIRA, 2001). A remuneração imediata do extrativismo do açaí estimula a supressão da vegetação nativa, o que promove a morte de outras espécies arbóreas (Figura 4), como a andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) e a seringueira (*Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss) Mull.Arg.) (Flora do Brasil, 2020), conforme relata o morador Gelisson Telles, 45 anos, “mataram a seringueira assim como mataram a andiroba, mais de 200 árvores de andiroba aneladas”.

**Figura 4.** Alterações da paisagem causadas pelo manejo do açaí. A. Roçado para a produção de açaí no quintal Combu. B. Queima de madeiras e folhas após roçado no quintal Piriquitaquara. C. Árvores de açaí no quintal Piriquitaquara.



Fonte: Autores, 2022.

Em pesquisa às comunidades Combu e Piriquitaquara, Ferreira (2019) menciona o raleamento como a prática de manejo mais utilizada, que consiste na derrubada de árvores consideradas de pouco valor econômico ou que produzem muito sombreamento. Segundo Freitas *et al* (2021) o manejo do açaí ameaça a biodiversidade da várzea amazônica, pois promove o empobrecimento da floresta, com destaque para a diminuição da fertilidade do solo, o afastamento de polinizadores e a menor diversidade de espécies no sub-bosque florestal, resultando no chamado desmatamento verde.

Tais alterações na paisagem natural foram observadas nas estruturas dos quintais visitados nas comunidades Combu e Piriquitaquara. Assim, constatou-se a gradativa adaptação dos lugares às demandas da modernidade. No quintal Piriquitaquara, de quatro hectares, observou-se o espaço pouco alterado e usado exclusivamente para a subsistência familiar por meio do extrativismo rural de espécies como açaí, cacau, cupuaçu e andiroba. De elevada umidade, mata fechada margeada pelo Igarapé Piriquitaquara, o roçado limita-se ao ambiente doméstico e de criação de animais. Enquanto o quintal Combu, de catorze hectares, exibe uma paisagem campestre, pois o sítio comporta o restaurante Saldosa Maloca, compreendendo também regiões afastadas de mata densa, margeadas pelos igarapés Combu e Casa Velha.

**Figura 5.** Quintais nas comunidades Combu e Piriquitaquara. A. B. Quintal Piriquitaquara. C. D. Quintal Combu.



Fonte: Autores, 2022.

A tabela abaixo expõe as principais problemáticas socioambientais apontadas pelos comunitários, em contraste aos protocolos de execução da Política Nacional do Meio Ambiente para Áreas de Proteção Ambiental, segundo a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

**Tabela 1.** Principais problemáticas socioambientais, seus impactos percebidos pela população das comunidades Combu e Piriquitaquara, Belém-PA e diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

<b>Principais problemáticas socioambientais</b>	<b>Impactos percebidos pela população</b>	<b>Diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente</b>
Substituição da vegetação nativa por árvores de açaí	Morte de espécies arbóreas, como andiroba e seringueira	Art. 34. XI - Constitui-se como infração a destruição ou outros efeitos desfavoráveis à biota nativa ou às plantas cultivadas
Intensa movimentação de embarcações nos rios e igarapés	Perda da mata ciliar; Frequentes acidentes fluviais; Dispersão de espécies de animais aquáticos como: boto, peixes e camarões	Art. 34. VIII - Constitui-se como infração o assoreamento de coleções d'água ou erosão acelerada
Precária fiscalização das atividades turísticas	Festas frequentes; Poluição sonora; Problemas de saúde nos moradores, como: cefaleias e insônias	-----

--- inexistência de penalidades para a problemática.

Na Ilha do Combu, os comunitários sinalizam que a conservação da biodiversidade da várzea é ameaçada pela falta de fiscalização quanto ao uso desordenado dos recursos, seja na atividade extrativista ou turística. D. Izete Costa, 56 anos, manifesta sua preocupação quanto à proteção dos recursos naturais, *“eu fico muito triste em saber que as pessoas estão fazendo isso com o Combu, porque o madeireiro chega e quer vender o pé de andiroba por R\$ 50,00 sendo que eu posso ganhar muito mais com ela de pé. Penso no futuro como é que vai ser né, se as minhas filhas vão ter essa mesma consciência que eu de não tirar, não derrubar, de manter a floresta, de plantar”*.

Dos empecilhos em tentar mitigar tais circunstâncias, percebe-se a falta de organização e união entre os comunitários, *“a gente conquistou as coisas, mas parece que é um por si e Deus por todos”*, argumenta D. Ivanete Nascimento, 63 anos. Outrossim, os participantes desabafam a respeito da dificuldade em conseguir apoio dos órgãos competentes, como o IDEFLOR-BIO. D. Izete Costa, 56 anos, exerce a função de conselheira da APA, entretanto relata *“é chato e angustiante, a gente tá ali na frente, tá vendo acontecer as coisas, num local que é nosso, que a gente quer preservar, quer organizar e a gente não tem poder pra isso”*.

Desse modo, compreender a Ilha do Combu para além dos encantos da paisagem exótica, só foi possível a partir das visitas diárias às comunidades e do conhecimento sobre os anseios dos moradores. Por meio dos relatos, interpreta-se a ilha como o lar dessas pessoas, rico em recursos naturais usados como fonte de sustento *“se você plantar, você come”* (Ivanete Nascimento, 63 anos), como o espaço abandonado pelos órgãos competentes *“tanta coisa que a ilha tem, que precisa ser valorizada, apoiada”* (Izete Costa, 56 anos), e como o local em que a pesquisa nem sempre assiste a comunidade *“a gente se sente usado, fica o sentimento de angústia, porque eles vêm e vão embora”* (Ivanete Nascimento, 63 anos).

Estas observações manifestam as impressões que os moradores possuem sobre a APA Ilha do Combu, da qual guardam memórias de infância. Os sítios são os espaços que mais trazem lembranças dos seus antepassados e dos conhecimentos por eles ensinados, são lugares que reconectam os ribeirinhos às suas origens, como afirma D. Izete Costa, 56 anos, *“quando eu venho cuidar do sítio, fico horas porque gosto, só não fico mais pela falta de tempo”*.

Assim, a criação de áreas protegidas decorre da importância em separar esses espaços para a preservação ou conservação do bioma, a partir da regulamentação de políticas de gestão e monitorização definidas conforme a necessidade em cada área (PELLIZZARO *et al.*, 2007). Entretanto, Gamba e Ribeiro (2017), em análise à

institucionalização da conservação ambiental no Brasil, explicam que o maior desafio consiste na aplicação da legislação, tendo a maior atuação da sociedade e do Estado no planejamento e gestão.

### 3 CONSERVAÇÃO E SABEDORIA QUE VEM DA FLORESTA

A despeito da proximidade da ilha com a capital paraense, atividades locais que valorizem a natureza, a cultura e a tradição da Ilha do Combu são indispensáveis. D. Iracema Santos, 37 anos, artesã, reforça a necessidade de cuidar do patrimônio natural, “hoje, eu e o meu marido estamos com o projeto de doar mudas, pra que as pessoas entendam a importância da preservação”. Movida pelo desejo de conservar o ecossistema em que vive D. Prazeres Quaresma, 52 anos, realiza a compostagem dos resíduos de alimentos, galhos, sementes e folhas caídas em seu quintal (Figura 6).

Práticas tradicionais de trabalho no campo são encorajadas por Toledo e Barrera-Bassols (2015) que reforçam a importância em alinhar as ações de conservação ambiental com os saberes das comunidades, visto que estes estão ligados ao manejo destes ecossistemas. Borsuk (2018), em pesquisa à diversidade genética e morfológica da goiabeira-serrana (*Acca sellowiana* (O. Berg) Burret) em terras indígenas, áreas quilombolas e em unidades de conservação no sul do Brasil, atesta que o trabalho extrativista dos povos tradicionais é responsável pela conservação *in situ on farm* de significativa parcela dos genótipos de goiabeira-serrana manejados em diferentes escalas.

**Figura 6.** Compostagem no quintal Combu.



Fonte: Autores, 2022.

Temerosos com o futuro da ilha, empreendedores locais realizam trilhas ecológicas para o público visitante, cuja finalidade é apresentar a cultura ribeirinha e sensibilizar sobre a importância em conservar. Dessa maneira, o ecoturismo ou turismo em áreas naturais, entendido na perspectiva da sustentabilidade, surge com o objetivo de harmonizar o crescimento econômico e a conservação do patrimônio natural (BRASIL, 2010), sendo para a Ilha do Combu, uma alternativa viável que precisa ser amadurecida, pois constatou-se a adoção dessa atividade em apenas três empreendimentos, nas comunidades Combu e Piriquitaquara.

O ecoturismo direcionado realizado pelos moradores, é apontado por Delgado-Mendez *et al.* (2018) como Interpretação Ambiental, uma ferramenta eficaz de gerenciamento do uso público de áreas protegidas, por meio da qual o turismo em UC pode oferecer atividades educativas que reconstruam os nexos “*sociedade-natureza*”, em que

criativamente o visitante é abordado e convidado a conhecer a história local nos seus aspectos ambientais e humanos.

A mudança de postura para a conservação da ilha deve ser trabalhada inicialmente com os próprios moradores para que se conscientizem sobre os agravos que esta APA vem passando, como afirma D. Izete Costa, 56 anos “*somos (D. Izete, seus familiares e amigos) resistência de se ajudar mutuamente contra a erosão e a derruba das árvores*”. É imprescindível investir na educação ambiental, enfatizando o que Brancalione (2016) sugere, o incentivo da participação política das comunidades locais partindo da ética e do diálogo entre diferentes gerações, com o propósito de criar soluções factíveis aos problemas. Dessa maneira, entende-se que apesar da luta comunitária pelo acesso ao mínimo em estrutura, como: coleta seletiva regular, estabilidade de energia elétrica e conexão de internet, fornecimento de água potável, escolas e unidade básica de saúde com infraestrutura adequada, os moradores conseguem estruturar suas vidas suprimindo suas necessidades com o trabalho rural. Apesar de todas as alterações recorrentes, ainda predominam os conhecimentos tradicionais repassados entre as gerações familiares, e para aqueles que possuem consciência socioambiental, resta-lhes o desejo de multiplicar tal mentalidade, para que as peculiaridades da Ilha do Combu sejam preservadas.

#### 4 CONCLUSÃO

Entender as alterações socioambientais que ocorrem na Ilha do Combu, a partir do olhar dos moradores, possibilita uma análise mais real sobre a situação local. As impressões dos comunitários constituem-se como desabafos que expressam os sentimentos de resistência, tristeza e indignação diante das gradativas mudanças socioambientais, que por vezes, são mascaradas pelos encantos do turismo.

Embora seja uma Área de Proteção Ambiental, a Ilha do Combu representa o resultado do descaso governamental e da fragilidade das ações de gestão e fiscalização por parte do poder público. Ao observar a formação do local como APA, entende-se que a precária ação coercitiva e educativa dos órgãos responsáveis pela gestão da ilha ganha uma conotação intencional em função dos benefícios econômicos que o lugar pode oferecer, em virtude do turismo e da biodiversidade em recursos naturais.

Dessa forma, é indispensável que os órgãos governamentais e a sociedade compreendam a importância da ilha como área protegida que merece atenção especial. Transformá-la em um espaço usado exclusivamente para o turismo recreativo sem levar em conta as realidades *sui generis* daqueles nascidos e criados ali, compromete a conservação ambiental e cultural e estimula práticas de exploração do ecossistema como um todo.

Além dos encantos e curiosidades proporcionados pela beleza exótica, a Ilha do Combu é o lar de muitas famílias ribeirinhas que possuem não só uma relação de sobrevivência com a água, as árvores e os animais, visto que, também firmaram como os “afetos do mato”. Considerar as especificidades locais é atender ao respeito pela vida.

#### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U.; R. LUCENA; L. CUNHA. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. NUPPEA. Recife, Brasil. 2010.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. ISBN: 8502046616.

BARDIN, L. 2010. **Análise de Conteúdo**. 4 Ed. Edições70: Lisboa, Portugal.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Sustentável**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2008. ISBN: 85-86435-76-7. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/259781770\\_Construindo\\_o\\_desenvolvimento\\_local\\_sustentavel](https://www.researchgate.net/publication/259781770_Construindo_o_desenvolvimento_local_sustentavel)

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10 ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. ISBN 972-29-0014-5.

BORSUK, L. J. **Avaliação da diversidade genética e morfológica da goiabeira-serrana (*Acca sellowiana* (O. BERG) Burret) em terras indígenas, áreas quilombolas e em unidades de conservação no sul do Brasil e acesso ao conhecimento tradicional associado ao uso e manejo da espécie**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina. 2018. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191068>. Acesso em 15/01/2022.

BRANCALIONE, L. **Educação Ambiental: Refletindo Sobre Aspectos Históricos, Legais E Sua Importância No Contexto Social**. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. Revista de Educação do Rei, v.11. n.23 janeiro - junho. 2016. ISSN: 1809-6220.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.985/00. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Brasília/DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Disponível em D99274 (planalto.gov.br) Acesso em 11/02/2022.

CANTO, O. et. al. **Ribeirinhos do Mapuá**. In: MOTA, G. et. al. **Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios**. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. p. 225- 236.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CAMARGO, M. **As Plantas Medicinais e o Sagrado: a etnofarmacobotânica em uma revisão historiográfica da medicina popular no Brasil**. Ícone. São Paulo, Brasil. 2014.

CIRILO, B. B. **O processo de criação e implementação de Unidades de Conservação e sua influência na gestão local: O estudo de caso da área de proteção ambiental da Ilha do Combu em Belém-PA**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CRUZ, M. M. **Sítios agroflorestais na várzea do Careiro**. *Revista de Geografia da Universidade do Amazonas, Manaus*, v. 1, n.1, p. 105-122, jan./dez.1999.

CRUZ, V. C. **O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia.** In: Trindade Júnior, S. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008, p. 49-69.

DANTAS, M. A. C. **Impactos ambientais dos assentamentos ribeirinhos: um estudo de manejo sustentável na Ilha do Combu, Belém, Pará.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Agrárias, 2018.

DELGADO-MENDEZ, J. M.; PIMENTEL, D. S.; TALORA, D. C.; LINDENCAMP, T. C. M. **A interpretação ambiental como instrumento de gestão de unidades de conservação.** Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação. Niterói, RJ. VOL. 6, Nº 10, 2018. <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2018.v6n10p42>.

FERREIRA, M. P. L. **A produção de açaí nos igarapés Combu e Periquitaquara na Ilha do Combu: uma análise sobre as práticas de manejo, Pará, Brasil.** Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. V. 13, Nº 2, 2019. <http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i2.8717>.

FREITAS, M. A. B.; MAGALHÃES, J. L. L.; CARMONA, C. P.; ARROIO-RODRÍGUES, V.; VIEIRA, I. G. G.; TABARELLI, M. **Intensification of açaí palm management largely impoverishes tree assemblages in the Amazon estuarine forest.** Conservação Biológica, Vol. 261, setembro de 2021. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.109251>.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and Human Well-being: Current State and Trends.** Washington: Island Press, v1, 2005.

RIBEIRO, J. de A. **Área de Proteção Ambiental Ilha do Combú, Belém/PA: Desafios de implantação e de gestão de uma Unidade de Conservação.** Universidade Federal do Pará. 68-84, 2010.

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará. (2016). **Projeto Agrovárzea** (pp. 6–12).

IDEFLOR-BIO - **Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade. Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu,** 2018. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-de-belem/area-de-protecao-ambiental-da-ilha-do-combu/>. Acesso em 15/03/2021.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). **Preço de produtos da floresta.** 2017. Disponível em: <http://imazon.org.br/categorias/precos-de-produtos-da-floresta/?lang=en> Acesso em 15/03/2021.

JARDIM, M. A. G.; VIEIRA, I. C. G. **Composição florística e estrutura de uma floresta da Várzea do estuário amazônico, Ilha do Combu, Estado do Pará, Brasil.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 17, n. 2, p. 333-354, 2001. Disponível em <http://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/498>. Acesso em 15/03/2021.

RODRIGUES, A. F. A. C. **A vida na outra margem do Guamá. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Trópico Úmido**

(PPGDSTU/NAEA). Disponível em: A vida na outra margem do Guamá (ufpa.br). Acesso em 15/01/2022.

SANTOS, S. L.; MORAES JUNIOR, M. R.; LUCAS, F. C. A. **Plantas e religiosidades na região insular de Belém, Pará. Revista Etnobiologia.** Vol. 18, num. 3. Dezembro de 2020. Pp. 3-23. ISSN: 1665-2703.

SOUZA, B. A. **Gestão de áreas protegidas e a conservação da biodiversidade: uma análise da área de proteção ambiental Ilha do Combu, Belém-Pará-Amazônia-Brasil.** Mestrado em Ecologia e Meio Ambiente. 2020.